JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br/jornal Ano XV – Nº 3.076 – Brasília, terça-feira, 18 de agosto de 2009

Sarney repudia campanha com "práticas nazistas"

Presidente do Senado reclamou do que considera violação da sua privacidade e afirmou que *O Estado de S. Paulo* o acusa sem provas. Papaléo Paes apontou uma "verdadeira perseguição" contra Sarney, cuja renúncia ao cargo de presidente do Senado foi solicitada por Pedro Simon. Cristovam Buarque disse que estuda nova representação no Conselho de Ética. 3

Foto de Jonas Pereira

Comissão ouve ex-secretária da Receita

A Comissão de Justiça ouve hoje, às 9h, a ex-secretária da Receita Federal Lina Vieira. Ela foi convidada a falar sobre um suposto pedido feito pela ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, para "apressar" investigações do fisco em empresas de Fernando Sarney, um dos filhos do presidente do Senado. Amanhã, o Conselho de Ética analisa recursos contra arquivamento de denúncias. 2 e 4

Waldemir Rodrigues

Entre Ralph Terra (*E*) e Eduardo Teixeira, o senador Fernando Collor preside seminário da Comissão de Infraestrutura

Regras estáveis atraem investidor, afirma associação

Vice-presidente da ABDIB, Ralph Lima Terra apresentou em seminário na Comissão de Infraestrutura estudos que apontam a crescente participação da iniciativa privada no desenvolvimento da infraestrutura. "Essa é a demonstração de que, quando as regras são estáveis, claras e objetivas, os investidores privados vêm", observou. 7

CCJ abre prazo para emendas à reforma eleitoral

Projeto que traz novidades como permissão de campanha e doações pela internet precisa virar lei até 30 de setembro. 4 e 5

Pré-vestibular gratuito em escola pública

Objetivo de projeto na pauta da Comissão de Educação é democratizar acesso ao ensino superior. 6

Alexandre Grião

Visita ao Haiti (*foto*) no final de semana passado convenceu senador Flávio Torres da importância da presença das tropas brasileiras naquele país. 7

Neuto de Conto, Marisa Serrano, Sérgio Zambiasi e Mesquita Júnior, na reunião em Montevidéu

Geraldo Magela

Parlasul pede ajuda de conselho para definir divisão de bancadas

O Parlamento do Mercosul recomendou ao Conselho Superior, órgão máximo do bloco continental, que se reúna o mais rapidamente possível para aprovar o critério de divisão das bancadas nacionais de deputados. 8

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço **www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx**

Plenário homenageia Euclides da Cunha

Às 14h, tem início a sessão deliberativa. A hora do expediente é destinada a homenagear o escritor Euclides da Cunha pela passagem de cem anos de sua morte. Na pauta, cinco propostas de emenda à Constituição. Entre elas, está a PEC 7/08, determinando que os objetivos da ordem social – de bem-estar e justiça social – serão avaliados por meio de indicadores de responsabilidade social a serem estabelecidos em lei complementar.

Moreira Mariz

José Sarney preside ordem do dia a partir das 16h

O presidente do Senado Federal, José Sarney, recebe às 11h, na sala de audiências, o segundo relatório da Fundação Getúlio Vargas sobre a reforma administrativa da Casa; às 14h, preside a sessão em memória do escritor Euclides da Cunha, na passagem de cem anos de sua morte; e às 16h, preside a ordem do dia.

CDH debate aposentadoria especial para vigilantes

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) realiza, às 10h, audiência pública visando debater aposentadoria especial para trabalhadores que exercem a profissão de vigilante. Os presidentes da Confederação Nacional dos Trabalhadores Vigilantes, José Boaventura Santos, e da Federação Interestadual dos Trabalhadores Vigilantes, Vicente Lourenço de Oliveira, estão entre os convidados.

Redução de alíquotas do IR em discussão na CAE

Às 10h, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) tem reunião para analisar dois projetos que objetivam reduzir a alíquota do Imposto de Renda para as pessoas físicas. Um deles diminui a alíquota máxima do IR incidente sobre os rendimentos das pessoas físicas; e outro proíbe a cobrança de Imposto de Renda e contribuição previdenciária sobre férias dos trabalhadores.

Lina Vieira participa de audiência na CCJ

Audiência pública, às 9h, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), com a ex-secretária da Receita Federal Lina Vieira. Ela deverá esclarecer declarações de que teria participado de reunião com a ministra Dilma Rousseff, no fim de 2008, em que teriam tratado de fiscalização em empresa de Fernando Sarney.

Na CE, análise de programa de reforço escolar

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) se reúne, às 11h, para analisar, entre outros, dois projetos que alteram a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9.394/96) para autorizar a União a instituir programa nacional de reforço escolar na educação básica pública, denominado Programa de Apoio ao Sucesso Escolar na Educação Básica Pública (Passebem); e para garantir o recenseamento escolar de crianças até cinco anos de idade para atendimento em educação infantil.

José Cruz

CPI da Pedofilia ouve autoridades do AM

Leopoldo Silva

Às 14h, a Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia realiza audiência pública para ouvir o juiz do Trabalho da comarca de Tefé (AM), Antônio Carlos Branquinho, o secretário de Comunicações do município de Coari (AM), Valcione Tavares, e o ex-secretário de Administração desse mesmo município, Adriano Teixeira Salan.

Reforma do Código de Processo Penal

A Comissão Temporária de Reforma do Código de Processo Penal debate, às 15h, a Lei Maria da Penha dentro da Reforma do Código de Processo Penal com representantes de entidades e especialistas da área do Direito.

Aves Aquareladas do Cerrado

Das 9h às 17h, no Espaço Cultural Ivandro Cunha Lima, ocorre a exposição *Aves Aquareladas do Cerrado*. O evento poderá ser visitado até o dia 21 de agosto.

Obesidade infantil tem debate na CMA

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) analisa, às 11h30, entre os 21 itens, proposta que determina que os rótulos das bebidas açucaradas especifiquem o teor calórico nelas contido e apresentem frase de advertência quanto aos riscos da obesidade infantil (Lei 8.918/94). Outro projeto constante da pauta estabelece a obrigatoriedade da neutralização das emissões de gases de efeito estufa decorrentes da realização da Copa do Mundo no Brasil, em 2014.

Mudanças Climáticas analisa situação de SC

O resultado da audiência pública realizada em Santa Catarina para analisar problemas ambientais enfrentados no estado é discutido na Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas às 14h30.

CPI da Petrobras ouve diretores da ANP

José Cruz

A CPI da Petrobras realiza, às 14h, audiência pública para ouvir o superintendente de Controle das Participações Governamentais, José Gutman, e profissionais da Agência Nacional do Petróleo (ANP): o diretor-geral, Haroldo Lima; os diretores Nelson Narciso Filho e Victor de Souza Martins; e o procurador-geral, Marcelo Mendonça. Também, entre os convidados, a procuradora da República Ana Carolina Rezende de Azevedo Maia.

Combustível vegetal em discussão na CRA

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) se reúne, às 9h30, para analisar proposta que trata da comercialização e do uso de óleo de origem vegetal como combustível para máquinas e equipamentos agrícolas.

Colegiado se reúne amanhã para votar recursos que contestam decisão de Paulo Duque de arquivar denúncias e representações

Conselho de Ética examina recursos contra arquivamento

Márcia Kalume

Paulo Duque considera que ações não têm sustentação

O PRESIDENTE DO Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, Paulo Duque (PMDB-RJ), convocou reunião do colegiado para amanhã, às 14h, quando deverá colocar em votação recursos apresentados contestando sua decisão de arquivar denúncias e representações contra José Sarney (PMDB-AP) e Arthur Virgílio (PSDB-AM).

Paulo Duque considerou ineptas seis denúncias e cinco representações contra Sarney, argumentando que elas não apresentavam documentos de comprovação e se sustentavam apenas em matérias de jornais.

As ações foram apresentadas por Virgílio e pelo PSDB. Elas pedem investigação de Sarney por suposto envolvimento com os "atos secretos", pretensos desvios de verba na Fundação José Sarney e pela presença de empresa de um neto de Sarney na intermediação de créditos bancários oferecidos a servidores do Senado.

Duque também não aceitou denúncia do PMDB contra Arthur Virgílio, acusado de ter autorizado um funcionário de seu gabinete a estudar no exterior recebendo salários do Senado, de tomar empréstimo com o ex-diretor-geral Agaciel Maia e de ter aceitado que o Senado gastasse com a saúde de sua mãe valores superiores aos concedidos nesses casos.

O presidente do conselho recusou a representação por entender que pedir dinheiro emprestado não é crime e a culpa do gasto elevado com a saúde é problema de quem o autorizou. No caso do funcionário que estudou no exterior, Paulo Duque opinou que a decisão de Virgílio de devolver antecipadamente os gastos com o salário extingue a punibilidade do possível crime.

O plenário do conselho pode impedir o arquivamento de denúncias e representações, bastando que metade dos senadores presentes vote contra Paulo Duque e a favor da abertura de investigações.

FGV entrega a Sarney relatório sobre reforma

A Fundação Getúlio Vargas (FGV) deve entregar hoje ao presidente do Senado, José Sarney, a segunda versão de seu relatório sobre a reforma administrativa da Casa. A apresentação do relatório está marcada para as 11h, na sala de audiências da Presidência.

O estudo, que visa enxugar a estrutura da instituição a fim de torná-la mais ágil e desburocratizada, foi encomendado por Sarney logo depois de sua posse, em fevereiro deste ano. Na ocasião, entre as providências para modernizar o Senado, ele listou o registro informatizado de horas extras, um corte linear de 10% no orçamento de custeio e investimentos da instituição, assim como a redução das diretorias, entre outras medidas.

Em maio, a FGV apresentou uma versão preliminar do estudo. Em junho, Sarney e o 1º secretário da Casa, Heráclito Fortes (DEM-PI), repassaram ao coordenador da fundação, Bianor Cavalcanti, relatório consolidando cerca de 500 sugestões administrativas propostas pelos servidores da Casa. A nova versão do relatório deverá ser fruto das propostas originais da própria FGV e dos servidores.

Sarney repudia "campanha sistemática" feita por jornal

Presidente do Senado contesta denúncias de *O Estado de S. Paulo* de que empreiteira teria pago dois apartamentos em São Paulo para a família Sarney

MANIFESTANDO INDIGNAÇÃO, O presidente do Senado, José Sarney, repudiou ontem o que classificou como "campanha sistemática" com uma "prática nazista", que estaria sendo feita contra ele e sua família pelo jornal *O Estado de S. Paulo*. Sarney disse que vê com tristeza o jornal terceirizar a sua redação, a sua consciência e a sua respeitabilidade, e transformar-se em um tabloide londrino que busca escândalos para vender.

– É de uma irresponsabilidade de tamanha grandeza que eu não posso acreditar que um jornal publique isso: "Empreiteira pagou dois imóveis para família Sarney em São Paulo", sem ter nenhuma prova a esse respeito. Felizmente, no Brasil, não temos câmaras de gás – afirmou.

O senador disse que o apartamento de 85 metros quadrados, com sala e dois quartos, foi adquirido em 1977, ainda em construção, para abrigar os filhos que cursavam universidade em São Paulo. Ele assinalou que vários colegas já estiveram naquele endereço e se admiraram ao ver o tamanho do apartamento em que se hospeda há mais de 30 anos. O senador lembrou que seu filho, deputado Zequinha Sarney (PV-MA), também comprou apartamento no edifício.

– Está lá no Imposto de Renda dele [de Zequinha Sarney], que comprou [o apartamento] através de um contrato de compra e venda e que está pagando. A escritura não foi passada porque ainda não terminou o seu pagamento, mas as prestações já constam no Imposto de Renda. Eu não tenho nada. Meus filhos se defenderão por eles mesmos – observou.

Jonas Pereira

Sarney diz que jornal não tem nenhuma prova

Sarney também manifestou indignação com a reação de alguns senadores às notícias do *Estadão*. Ele se referiu às declarações de Sérgio Guerra (PSDB-PE), Demostenes Torres (DEM-GO) e Valter Pereira (PMDB-MS), publicadas pelo jornal. Disse que os colegas "foram muito apressados", pois não procuraram saber do que se tratava antes de pedir investigação sobre os imóveis.

– Cabe na cabeça de alguém que uma notícia de jornal [é suficiente para] instaurar uma investigação? Se alguém comprasse um imóvel e soubesse que o imposto não foi pago, denunciasse à Receita Federal. Mas, o que tem isso com o Senado? Eu devo dar explicações sobre compra ou uso de qualquer coisa aqui para o Senado? Os senadores são obrigados a isso? É por isso a minha indignação – lamentou.

O presidente ressaltou que o artigo 5º da Constituição garante o direito à privacidade, mas o país "rasga" a Constituição e nenhum senador tem mais essa garantia. Ele perguntou o que os senadores devem fazer se não há mais a Lei de Imprensa e o direito de resposta.

– Temos que nos submeter a isso, aqui.

Reflexão

Sarney pediu que os colegas senadores pelo menos reflitam sobre as suas responsabilidades e não procurem dar declarações e solicitar investigação sem ter as informações necessárias. Ele frisou que tem procurado "ficar calado" e somente Deus sabe o que tem sofrido, mas não poderia ler aquelas notícias e ficar calado.

Alvaro Dias (PSDB-PR) disse, em aparte, que é testemunha da forma responsável com que o presidente do PSDB, senador Sérgio Guerra (PE), tem se conduzido em todo o processo e quanto lhe custa ser duro e rigoroso, pois não é do seu temperamento e ele nem gosta desse tipo de enfrentamento.

– Não é a sua vontade pessoal que o motiva; ele age institucionalmente. As suas ações dizem respeito ao partido que preside, ao posicionamento político do partido. Neste caso, não fez nenhum prejulgamento. Eu discordo do presidente Sarney, pois o senador Sérgio Guerra apenas pediu que se investigue, que se esclareça. Não vejo mal nisso – afirmou.

Alvaro observou que, indagado pela imprensa, recusou-se a fazer avaliações sobre a notícia porque não conhecia todos os elementos. Mas Sérgio Guerra, na condição de presidente nacional do PSDB, cumpriu o seu dever de pedir investigação.

Simon insiste em renúncia e vê "atestado de óbito do velho PT"

Pedro Simon (PMDB-RS) voltou a sugerir que José Sarney renuncie à Presidência do Senado Federal para que a Casa possa voltar à normalidade. Ele acredita que a instituição vive o "momento mais sério" de toda a sua história.

– Presidente Sarney, eu acho que o senhor deve renunciar, porque se o senhor não renunciar eu não sei o que vai acontecer. Dias muito negros, horas muito difíceis e dramáticas nós vamos viver – afirmou.

Simon lembrou o ex-senador Darcy Ribeiro para dizer que os senadores estão "vivendo o inferno"no Senado, devido às inúmeras denúncias contra o presidente Sarney publicadas pela imprensa.

– Ora, esta Casa nunca foi santa. É verdade que Darcy Ribeiro dizia que o Senado é muito bacana, melhor do que o céu. Porque para ir para o céu é preciso morrer; e para vir para esta Casa não precisa morrer. Eu diria que nós estamos vivendo um momento em que esta Casa é pior do que o inferno. Sem morrermos estamos vivendo o inferno aqui, no Senado, pelo deboche, pela ridicularização – lamentou.

Para Simon, a atitude correta da parte de Sarney seria concordar que o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar investigasse todas as denúncias e representações contra ele. Também defendeu a importância histórica e a seriedade do jornal *O Estado de S. Paulo*, criticado por Sarney pouco antes.

– *O Estado de S. Paulo* é um

Moreira Mariz

Simon espera "dias muito negros, horas muito difíceis e dramáticas"

patrimônio deste país. Venho nesta hora e neste momento dizer que o jornal *O Estado de S. Paulo* tem uma história de luta e de resistência – afirmou.

Simon também comentou as afirmações da imprensa sobre suposta pressão do PMDB para que o PT retire do Conselho de Ética senadores que poderiam votar contra o presidente do Senado.

– Mudar a composição! Ó, velho PT, quem te viu e quem te vê! O PT se retirar do Conselho de Ética, abrir mão dos seus representantes no Conselho de Ética, para botar representantes de outros partidos para arquivar representações. Isso é o atestado de óbito do velho PT.

Simon citou ainda recente pesquisa do DataFolha segundo a qual 66% dos brasileiros acreditam que o presidente Sarney está envolvido em irregularidade e mais de 70% afirmam que ele deveria renunciar ou se afastar da Presidência do Senado. Na opinião de Simon, "há um esgotamento da paciência da sociedade".

Cristovam avalia possibilidade de nova denúncia ao conselho

Cristovam Buarque (PDT-DF) afirmou ontem que, caso o jornal *O Estado de S. Paulo* não admita erro em relação à reportagem "Empreiteira pagou dois imóveis para família Sarney em São Paulo", publicada no fim de semana, buscará o apoio de seu partido para entrar com uma representação no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar para investigar a nova denúncia.

– O *Estadão* de amanhã ou vai pedir desculpas ou dizer que ele [Sarney] faltou com a verdade. Torço para que peça desculpas, mas temo que o que virá será a confirmação dos fatos. Não acredito que um jornal daquele porte tenha cometido uma leviandade dessas – disse.

Cristovam criticou Sarney por não ter tomado a atitude de pedir, ele mesmo, a investigação dos fatos. Em sua opinião, como presidente da Casa, Sarney deveria ser o primeiro a querer "limpar seu nome".

O parlamentar também voltou a lamentar a decisão do Conselho de Ética em relação aos pedidos de investigação de denúncias contra Sarney encaminhados anteriormente. Ele disse esperar que, no julgamento do recurso apresentado contra o arquivamento das representações, em Plenário, o resultado seja diferente.

Jonas Pereira

Cristovam também cobra reabertura do Senado à visitação pública

– A Comissão de Ética tem que apurar tudo: as denúncias que aqui estão e as próximas – defendeu.

Visitas

Cristovam cobrou a reabertura do Senado para visitação pública. Na última semana, as visitas guiadas foram suspensas devido ao risco de contaminação pelo vírus da gripe A (H1N1).

– Tem visitante dizendo que vai buscar *habeas corpus* para poder entrar no Senado.

Ele também voltou a protestar contra a ação da Polícia Legislativa, que prendeu estudantes durante manifestação pela renúncia do presidente Sarney, na semana passada.

– Não podemos continuar numa Casa em que jovem é visto como malfeitor – disse.

Papaléo aponta "perseguição" contra presidente do Senado

O senador Papaléo Paes (PSDB-AP) lamentou a "sistematização" do que classificou de uma "verdadeira perseguição política" contra o presidente do Senado, José Sarney, alvo de diversas denúncias publicadas ultimamente pela imprensa.

Momentos antes, no Plenário, Sarney havia respondido a denúncia do jornal *O Estado de S. Paulo* segundo a qual dois dos três apartamentos ocupados pela sua família na Alameda Franca, na região dos Jardins, na capital paulista, estariam em nome da empresa Holdenn Construções, Assessoria e Consultoria Ltda., antes batizada de Aracati Construções, Assessoria e Consultoria Ltda.

Em seu pronunciamento, Sarney criticou alguns senadores que em entrevista ao jornal cobraram investigação sobre o caso, a exemplo do presidente nacional do PSDB, Sérgio Guerra (PE), e o presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Demostenes Torres (DEM-GO).

Papaléo criticou aqueles "que se despersonalizam e acham que não devem dar resposta à sua consciência, mas a outras pessoas, não interessa a quem seja", em uma prática que "martiriza a consciência em prol do benefício pessoal". Disse ainda que existe um "equívoco em se ler uma notícia de jornal e transformar aquilo em verdade", muitas vezes em decorrência de "más informações, da ansiedade em se dar a notícia hoje, principalmente sem checar" a veracidade das informações.

– Não podem pegar notícia de jornal e transformar logo como notícia séria, mandando apurar a vida particular de um companheiro aqui. Isso é inadmissível, isso já estourou o limite da tolerância. Da feita que sai na imprensa, não tem mais jeito, está condenado. Quem

Moreira Mariz

Papaléo: "Esta Casa não é de dar golpe, mas já recebeu muitos golpes"

vai ficar acompanhando até o acusado dizer que é inocente? – indagou.

Papaléo Paes lamentou ainda que muitas notícias sejam plantadas na imprensa como forma de possibilitar a exploração futura dessas informações no jogo político.

– Esta Casa não é de dar golpe, mas já recebeu muitos golpes. Realmente, poderia ao menos haver, já que não há respeito político a muitas questões que antecederam a eleição de Sarney, respeito ao ser humano, à família e ao cidadão Sarney – concluiu.

Comissão ouvirá hoje a ex-secretária da Receita Federal

Objetivo é confirmar informação de Lina de que Dilma Rousseff lhe teria sugerido apressar investigações do fisco em empresas de Fernando Sarney, filho do presidente do Senado

A COMISSÃO DE Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) ouve hoje, a partir das 9h, a ex-secretária da Receita Federal Lina Maria Vieira. O objetivo é confirmar e aprofundar a informação de Lina sobre uma reunião reservada em que a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, teria lhe sugerido apressar investigações do fisco em empresas de Fernando Sarney, um dos filhos do presidente do Senado, José Sarney.

Na interpretação de Lina, a sugestão para apressar as investigações significava encerrá-las, já que o governo teria interesse em manter a aliança eleitoral com Sarney e o PMDB com vistas à sucessão presidencial em 2010.

J. Freitas

ACM Júnior apresentou o requerimento convidando a ex-titular da Receita

A informação sobre o encontro com Dilma foi passada pela ex-secretária à imprensa, inclusive em entrevista a uma rede de televisão. Também Iraneth Dias Weiler, chefe de gabinete de Lina e do atual secretário da Receita Federal, confirmou a ocorrência da reunião.

Conforme Iraneth, Erenice Guerra, secretária-executiva da Casa Civil, esteve no gabinete de Lina no final do ano passado. Erenice teria entrado no gabinete sem passar pelas secretárias, numa visita fora de agenda. Logo depois do encontro, Lina teria comentado com Iraneth sobre o convite de Dilma a ela para "um encontro reservado no Planalto".

A reunião vem sendo negada tanto por Dilma Rousseff, quanto por Erenice Guerra e pelo Palácio do Planalto. Por essa razão, os senadores da oposição já pensam em requerer a vinda de Dilma ao Senado para uma acareação com Lina.

Senado responde em nota matéria do *Estadão*

A assessoria de imprensa da Presidência do Senado divulgou nota em resposta a matéria publicada sábado pelo jornal *O Estado de S. Paulo* sobre os chamados atos secretos. Na matéria, o jornal afirma que o ex-diretor de Recursos Humanos Ralph Siqueira teria comunicado, em maio, ao presidente da Casa, José Sarney, a existência dos atos não publicados. Siqueira, também em nota divulgada no sábado, nega que tenha dito ao jornalista responsável pela matéria que Sarney sabia dos atos secretos.

Veja abaixo a nota divulgada pela Presidência do Senado.

A matéria "Sarney foi avisado em maio de atos secretos, afirma ex-diretor", publicada hoje [15] pelo jornal *O Estado de S.Paulo*, merece uma série de reparos, a bem do restabelecimento da verdade e da eliminação das versões divulgadas ao sabor do jogo político. A saber:

– A primeira informação sobre a existência de atos não publicados apareceu em relatório da Fundação Getúlio Vargas, à página 8, divulgado no dia 12 de maio. A FGV iniciava o trabalho de consultoria para a reforma administrativa do Senado, contratada pelo presidente José Sarney.

– Uma comissão especial foi instituída por Ato da Primeira Secretaria (Ato 27, de 28 de maio de 2009), da qual fazia parte o sr. Ralph Siqueira, então diretor de Recursos Humanos, para promover um levantamento de todos os boletins de pessoal publicados a partir de 1995. Em 16 de junho, essa comissão encerrou seus trabalhos, com a recomendação de criação de uma comissão de sindicância, tendo em vista "o elevado número de boletins não publicados, indicando uma ação deliberada nesse sentido".

– Em 19 de junho, foi publicado o Ato 1, do presidente do Senado, criando uma comissão de sindicância para apurar, no prazo de sete dias, as denúncias sobre a existência de atos não publicados propositalmente. Na mesma data, o senador enviou ofícios ao Tribunal de Contas da União e à Procuradoria-Geral da República pedindo a indicação de representantes para acompanhar a apuração. O resultado dessa sindicância recomendou a abertura de processo administrativo contra dois ex-diretores, Agaciel Maia e João Carlos Zoghbi, além de outros quatro servidores do Senado.

– Em 6 de julho, o presidente do Senado emitiu o Ofício 264 ao 1º secretário, senador Heráclito Fortes, determinando a abertura de processo administrativo disciplinar contra os ex-diretores e outros quatro servidores, conforme recomendado pelo relatório da sindicância.

– Também em 6 de julho, pelo Ofício 263, o senador enviou à Procuradoria-Geral da República as conclusões da comissão de sindicância para as providências que julgasse cabíveis.

– Em 13 de julho, o presidente assinou o Ato 294, anulando os 663 atos administrativos não publicados regularmente.

– A Diretoria-Geral do Senado, em 16 de julho, divulgou nota informando que, dos 663 atos não publicados descobertos pela comissão de sindicância, somente nove foram assinados pelo senador José Sarney, dos quais dois como presidente e outros sete em conjunto com a Mesa diretora da Casa. Em nenhum deles o assunto tratado foi nomeação ou exoneração de servidores.

– No depoimento do sr. Ralph Siqueira ao jornal, ele afirma que, em sua conversa com o presidente José Sarney, o teria prevenido sobre "indícios de omissão deliberada" na não publicação de alguns atos secretos. Suspeita, aliás, que era um dos motivos inspiradores da criação da comissão de que ele fazia parte, o que, portanto, não constitui nenhuma novidade.

– Em seu discurso de 16 de junho, o presidente José Sarney já tinha em mãos o relatório da comissão especial, criada por ato da Primeira-Secretaria, e expressava sua perplexidade com as descobertas feitas até então: "E, ao contrário do que se pode dizer de ato secreto, ninguém pode tomar posse sem levar a sua nomeação publicada. Como dar posse a alguém sem ter a sua nomeação publicada?! Isso não existe. Se alguém fez, vamos punir, vamos descobrir, e é para isso que a nossa comissão está sendo feita." Três dias depois, foi criada a comissão de sindicância sugerida pelo relatório da primeira comissão e robustecida por denúncias do servidor Franklin Landim, em entrevista publicada pela *Folha de S. Paulo*.

– Antes, no dia 10 de junho, em rápida entrevista ao chegar ao Senado, o presidente do Senado declarou a respeito dos ditos "atos secretos" referidos na matéria do jornal *O Estado de S. Paulo* daquele dia: "Nós mandamos publicar todos os boletins que não foram publicados ao longo do tempo". Seis dias depois, em seu discurso, o presidente voltou ao assunto: "O que eu quero dizer é que hoje todos os atos estão na rede. Não existe ato nenhum que não esteja na rede".

É, portanto, sem sentido a matéria já em sua primeira frase: "O presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), foi informado no fim de maio da existência de atos secretos e da publicação às escondidas, ocorrida naquele mês, de todos esses boletins na rede interna da Casa". Fica demonstrado que todos os procedimentos legais foram adotados de imediato pelo presidente José Sarney, que liderou, do início das denúncias às determinações finais, todo o processo investigatório, chamando inclusive a PGR e o TCU a colaborarem.

Secretaria de Imprensa da Presidência do Senado

Brasília, 15 de agosto de 2009

Para valer no pleito de 2010, projeto já aprovado pela Câmara precisa ser sancionado até 30 de setembro. Relatores vão elaborar parecer conjunto para agilizar tramitação no Senado

CCJ abre prazo para emendas à proposta de reforma eleitoral

O PRESIDENTE DA Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Demostenes Torres (DEM-GO), distribuiu comunicado lembrando que a comissão já está recebendo emendas dos senadores ao projeto de lei da Câmara (PLC 141/09) que institui a reforma eleitoral. A principal inovação da proposta é a liberação do uso da internet nas campanhas (*veja abaixo*).

Além da CCJ, o projeto tramita na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e, se aprovada nos dois colegiados, irá à votação em Plenário. Os relatores das duas comissões – respectivamente os senadores Marco Maciel (DEM-PE) e Eduardo Azeredo (PSDB-MG) – decidiram elaborar um relatório conjunto, a fim de dar mais velocidade à tramitação do projeto. Isso porque, para valer já nas próximas eleições, as novas regras devem ser aprovadas e sancionadas até 30 de setembro.

Marcelo Casal/ABr

Projeto permite voto em trânsito, mas só para presidente, e estabelece que, a partir de 2014, urnas eletrônicas deverão imprimir os votos

Internet

A internet fica liberada, a partir de 5 de julho do ano da eleição, para propaganda de candidatos e partidos e também para a captação de recursos para a campanha, por meio de cartão de crédito.

O *site* do candidato deverá ser comunicado à Justiça Eleitoral e obrigatoriamente hospedado por provedor de internet no Brasil. Os *sites* não poderão estar nas páginas de empresas e tampouco nas de qualquer ente da administração pública. A multa neste caso varia de R$ 5 mil a R$ 30 mil.

Fica liberada a propaganda por meio de *e-mails*, desde que permita o descadastramento pelo destinatário. Quem vender cadastros de endereços eletrônicos pagará multa.

Os candidatos poderão utilizar também *blogs* e redes de relacionamento, como o Orkut e Twitter, para fazer campanha, como no último pleito nos Estados Unidos.

Fica proibida, porém, a veiculação de propaganda paga na internet.

Estão permitidos debates pela internet, cujas regras devem ser aprovadas por dois terços dos candidatos (eleições majoritárias) ou dos partidos ou candidatos (proporcionais). A mesma regra passa a valer para debates na TV ou no rádio.

Os *sites* que descumprirem a lei poderão ter o acesso suspenso por 24 horas pela Justiça Eleitoral, a partir de reclamação de candidato, partido ou coligação. A reincidência será punida com pena em dobro.

Direito de resposta pela internet deverá ocupar o mesmo espaço, horário e tamanho da peça considerada ofensiva por, pelo menos, o dobro do tempo em que esta esteve disponível.

Rádio e TV

A proposta diferencia as campanhas no horário gratuito de rádio e TV entre as eleições para uma ou duas vagas de senador, como ocorrerá no ano que vem. Nesse caso, os candidatos a senador terão 20 minutos diários, três dias por semana, no pleito em que será eleito apenas um representante por estado; e 30 minutos diários, três dias por semana, na eleição em que serão eleitos dois representantes por estado.

O tempo a mais será diminuído do horário reservado aos candidatos a governador (quatro minutos por dia) e do horário reservado aos deputados estaduais – ou distritais, no caso do Distrito Federal (seis minutos por dia). O tempo total do horário político-eleitoral continua sendo de 100 minutos no rádio e 100 minutos na TV, por dia.

Todas as transmissões devem usar a linguagem de sinais ou legendas, permitindo a compreensão da campanha por pessoas com deficiência auditiva.

Candidatos a cargos majoritários poderão aparecer no horário de candidatos às eleições proporcionais e vice-versa, desde que apenas peçam votos para o candidato que cedeu o tempo. Também fica permitido que um candidato majoritário (a governador, por exemplo) peça voto no horário do candidato a outro cargo (presidente ou senador, por exemplo).

A imagem ou a voz de candidatos de outros partidos ou coligações poderão ser utilizadas pelos adversários para a apresentação de críticas às suas propostas, desde que não sejam submetidas a montagens ou trucagens que os ridicularizem.

Anúncios impressos

A maior novidade é a obrigatoriedade de que o anúncio publicado em jornais e revistas traga o valor pago por ele. Os jornais impressos poderão trazer propaganda até dois dias antes das eleições, mas cada candidato poderá mandar publicar, no máximo, dez anúncios por veículo, em datas diferentes, de, no máximo, um quarto de página (caso de tabloides) e um oitavo de página (formato padrão).

Fica proibida a afixação de propaganda em bens públicos de uso comum (pontes, viadutos, passarelas, postes, parques e jardins, inclusive árvores) e também em bens comuns de propriedade privada (cinemas, clubes, lojas, centros comerciais, templos, ginásios ou estádios).

Faixas, placas, cartazes ou pinturas, afixados em locais permitidos, não poderão ter área superior a quatro metros quadrados.

Os fiscais municipais não poderão multar ou proibir a propaganda ilegal ou irregular, atribuição reservada aos juízes eleitorais.

Todo material impresso deverá conter o CNPJ ou o CPF do responsável pela confecção, como também de quem a contratou, além da respectiva tiragem.

O projeto permite a colocação, ao longo das vias públicas, de cavaletes, bonecos, cartazes, mesas para distribuição de material de campanha e bandeiras, desde que não dificultem "o bom andamento do trânsito de pessoas e veículos".

A responsabilidade do candidato pela propaganda irregular estará demonstrada se este não providenciar sua retirada ou regularização no prazo de 48 horas após ter sido intimado.

Regras de campanha

Não será considerada propaganda eleitoral antecipada a participação de pré-candidatos em programas de rádio, TV ou internet, desde que não peçam votos. Do mesmo modo, não configura antecipação de campanha a divulgação de atos de parlamentares ou de debates legislativos, desde que não se peçam votos ou apoio eleitoral nem se mencione a possível candidatura.

O mesmo vale para a divulgação interna nos partidos de encontros, seminários ou congressos, em ambiente fechado e custeados pelos partidos políticos, para tratar de processos eleitorais, planos de governo ou alianças partidárias.

Multas por propaganda eleitoral antecipada – ou seja, deflagradas antes de 5 de julho –, que hoje variam de R$ 10 mil a R$ 30 mil, caem para entre R$ 5 mil e R$ 25 mil.

O projeto estende aos candidatos a cargos proporcionais a proibição de participar de inaugurações de obras nos três meses antecedentes às eleições. A legislação hoje vigente proíbe somente a participação, nessas inaugurações, de candidatos a cargos majoritários.

Fica proibida a manutenção de programas de distribuição de bens a pessoas carentes, por entidade vinculada a candidatos ou mantida por eles. Esses programas hoje são permitidos, desde que existam no ano anterior ao da eleição.

Impressão do voto

A partir das eleições de 2014, os votos computados nas urnas eletrônicas terão que ser posteriormente impressos. Esses registros seriam usados pela Justiça Eleitoral para a conferência de 2% das urnas eletrônicas de cada zona eleitoral, respeitado o limite mínimo de três máquinas por município.

O eleitor está proibido de entrar na cabine de votação com telefone celular, máquinas fotográficas ou filmadoras. No dia do pleito ficam também proibidas manifestações coletivas de apoio ao candidato, como aglomeração de pessoas portando propaganda como bandeiras, cartazes ou mesmo roupas.

Carreatas, caminhadas, carros de som e distribuição de material gráfico serão permitidos até às 22h do dia anterior à eleição. Os trio-elétricos estarão proibidos nas campanhas, exceto para sonorização de comícios.

Voto em trânsito

Para permitir a participação de pessoas que trabalham no dia da eleição em locais diferentes do seu município, como pilotos e comissários de aviões ou motoristas de ônibus e caminhões, o projeto reinstitui o voto em trânsito, exclusivamente para o cargo de presidente da República.

Coligações

Permite a utilização, no horário eleitoral gratuito, de campanhas regionais, da imagem ou da voz de um candidato ou militante de outro partido cuja coligação se dê apenas em âmbito nacional.

Candidatos ainda em julgamento pela Justiça Eleitoral poderão fazer normalmente sua campanha. Se a decisão final não for tomada até a eleição, os nomes devem constar da urna eletrônica. Os votos, no entanto, só serão válidos se a decisão judicial for favorável aos candidatos.

A denominação da coligação não poderá coincidir, incluir ou fazer referência a nome ou número de candidato, nem conter pedido de voto para partido político.

Participação feminina

Reduz de 10% para 5% a parcela mínima de recursos do fundo partidário que a legenda deve destinar à promoção da participação das mulheres na política partidária. O partido que não cumprir essa regra deverá aumentar esse percentual em 2,5 pontos percentuais no ano seguinte.

Em propagandas partidárias em anos eleitorais, pelo menos, 10% do tempo deverá ser usado para promover e difundir a participação das mulheres. Fica mantida a determinação de que, pelo menos, 30% dos candidatos sejam mulheres.

Finanças partidárias

Fixa em R$ 50 mil o valor, calculável em dinheiro, da doação de pessoa física, para um candidato ou partido, relativa ao uso de bens móveis ou imóveis. O limite atual é de 10% dos rendimentos brutos ganhos no ano anterior ao das eleições.

Aumenta de 20% para 50% a parcela do fundo partidário que pode ser usada para pagamento de pessoal, manutenção das sedes e serviços prestados ao partido.

Sobras de campanha, que hoje necessariamente devem ser aplicadas nos institutos ou fundações dos partidos, passam a ser utilizadas livremente. No caso de coligação, devem ser divididas.

A existência de débitos de campanha não poderá ser considerada como causa para a rejeição das contas. Essas dívidas poderão ser assumidas pelos partidos.

A falta ou a irregularidade na prestação de contas pelo partido ou pelo candidato não mais acarretarão a suspensão total do repasse de verbas do fundo partidário, como ocorre hoje.

Justiça Eleitoral

A Justiça Eleitoral passa a ter o prazo máximo de um ano para julgamento definitivo de processo por perda de mandato. Se o prazo for ultrapassado, o juiz ou o tribunal passarão a dar prioridade absoluta ao processo, adiando as decisões sobre todos os outros.

Suspeitas de ilegalidade na arrecadação e nos gastos de recursos podem ser ajuizadas até 15 dias antes da diplomação dos eleitos, determina o projeto. É possível denunciar casos de compra de votos até a data da diplomação.

Pedidos de registro de candidatura poderão ser feitos pelo próprio candidato, caso o partido ou a coligação a que pertence não o faça, e deverão ser publicados até 45 dias antes das eleições. Impugnações de registros passam a ter prioridade máxima: devem ser julgadas em até 48 horas após a publicação da lista de candidatos pela Justiça Eleitoral.

Projeto exige computadores "limpos" no país

A Comissão do Meio Ambiente e Defesa do Consumidor (CMA) deve examinar hoje proposta que fixa o prazo de dois anos para que os computadores e demais equipamentos de informática produzidos no Brasil, ou importados para venda no país, obedeçam a parâmetros de eficiência energética não inferior a 80%, com partes e componentes passíveis de reciclagem em porcentagem não inferior a 95%.

Pelo projeto (PLS 173/09), de João Tenório (PSDB-AL), esses equipamentos não poderão conter substâncias como chumbo, mercúrio, cromo hexavalente, bifenil polibromatos (PPB) e éteres difenil polibromatos (PBDE) em concentração superior a 0,1%, nem cádmio em concentração superior a 0,01%, para cada tipo de material, inclusive soldas.

Em seu parecer, o relator, Leomar Quintanilha (PMDB-TO), argumenta que muitas das substâncias químicas nocivas aos humanos e ao meio ambiente utilizadas na fabricação de eletroeletrônicos, quando descartadas de forma inadequada, podem contaminar solos, rios e lençóis freáticos (com efeito de bioacumulação pelos organismos vivos) e, pela cadeia alimentar, chegar aos seres humanos. O senador explica também que a reciclagem contribui para reduzir a poluição ambiental e diminuir o consumo dos recursos naturais.

Caso seja aprovada, a matéria segue para a Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT), em decisão terminativa.

Preservação

A CMA examinará também proposta para conceder "bônus de adimplência" de 35% sobre os encargos financeiros dos financiamentos concedidos com recursos dos fundos constitucionais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, a fim de premiar os produtores rurais da Amazônia Legal mutuários desses fundos que respeitarem as exigências do Código Florestal de preservar 80% das matas nativas de suas propriedades quando em área de floresta e 35% caso a localização seja em área de cerrado.

O autor do projeto (PLS 65/08), Expedito Júnior (PR-TO), explica haver um elevado custo econômico do não uso das terras mantidas sob a forma de reserva legal que recai sobre os produtores e empresas rurais sediados na área da Amazônia. O senador afirma que essas exigências do Código Florestal justificam a adoção de mecanismos compensatórios em benefício dos que arcam com os custos da preservação ambiental da região amazônica.

Para o relator na CMA, João Ribeiro (PR-TO), a proposta pode funcionar como incentivo à preservação da biodiversidade da Floresta Amazônica para as gerações futuras. O projeto já foi aprovado na Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR) e, se aprovado na CMA, segue para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) em decisão terminativa.

Moreira Mariz

Marconi Perillo quer obrigar a publicação dos resultados de fiscalização

Divulgação de análise da Anvisa em laticínios

As empresas produtoras de laticínios deverão divulgar na internet os resultados das análises de laboratório feitas em seus produtos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) ou pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, de acordo com projeto em exame na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

O PLS 86/08 prevê que, caso não cumpra a determinação, a empresa estará sujeita a advertência, multa, interdição ou cancelamento da autorização de funcionamento. Se aprovada, a proposta de Marconi Perillo (PSDB-GO) seguirá para a análise das comissões de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e de Assuntos Sociais (CAS), nessa última, em decisão terminativa.

Na CCT, a matéria recebeu emenda do relator Cícero Lucena (PSDB-PB), desobrigando da divulgação na rede as pequenas empresas que não dispõem de *site* próprio – caso de 54% daquelas com dez ou mais funcionários, conforme pesquisa realizada pelo Centro de Estudos sobre Tecnologias da Informação e da Comunicação (CTIC). Lucena argumenta que os consumidores terão acesso a informações sobre todas as empresas que estejam sob fiscalização nos *sites* dos órgãos fiscalizadores.

O senador também ressaltou a criação de *site* do Centro Integrado de Monitoramento da Qualidade dos Alimentos, *www.cquali.gov.br*, mantido pela Anvisa, pelo ministério e pelo Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça (DPDC/MJ), que traz informações ao consumidor sobre a qualidade dos laticínios.

O relator considerou a proposta meritória, tendo em vista as denúncias veiculadas pela imprensa em 2008 de adulterações em leite UHT. Segundo Cícero Lucena, a divulgação das análises dos laticínios na internet, além de ter "custo desprezível", traz o benefício adicional de facilitar o acesso da população a informações de grande relevância, amplia dados à disposição sobre a qualidade dos produtos e evita danos à saúde do consumidor.

Escola pública poderá oferecer cursinho pré-vestibular gratuito

Segundo projeto de Flexa Ribeiro em pauta na Comissão de Educação, oferta só ocorrerá em município que atender demanda para ensino médio

ESCOLAS PÚBLICAS DE ensino médio poderão passar a oferecer em suas instalações curso pré-vestibular gratuito. Projeto com essa finalidade, de autoria do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), tramita em decisão terminativa na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), onde deve ser analisado hoje.

De acordo com a proposta (PLS 70/09), poderão ofertar esses cursos apenas os municípios nos quais esteja comprovado o atendimento da demanda por matrículas no ensino médio, mesmo na modalidade de educação de jovens e adultos. O relator, Efraim Morais (DEM-PB), ofereceu parecer pela aprovação da proposta.

O texto estabelece que as despesas dos governos estaduais com tais cursos serão consideradas como "manutenção e desenvolvimento do ensino". No entanto, as matrículas nos cursinhos não serão computadas para efeito de distribuição dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

Na justificação, Flexa Ribeiro ressalta que milhões de brasileiros despendem um ou dois anos em cursos pré-vestibulares como etapa intermediária entre a educação básica e a superior. Como os cursinhos são pagos, destaca o autor, acentuam a dificuldade de acesso das classes populares à educação superior. A proposta, explicou, visa "ao mesmo tempo ocupar a capacidade ociosa das redes de ensino e contribuir para o sucesso dos alunos nos vestibulares, sem causar ônus a eles e a suas famílias".

Instrumentos musicais

Também poderá ser votado hoje na CE projeto de Cristovam Buarque (PDT-DF) e outros senadores que concede isenção fiscal a instrumentos musicais importados, suas partes e acessórios.

Pela proposta (PLS 345/06), os instrumentos serão beneficiados com a isenção do Imposto de Importação e das contribuições aos programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) e para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins).

"A elevada incidência de impostos e contribuições sobre instrumentos musicais traz dificuldades a músicos, bandas e orquestras no momento de adquirirem ou renovarem seus instrumentos de trabalho", ressalta Cristovam. A carga tributária para os instrumentos fabricados no Brasil, lembra, aumenta o preço final em 45%. No que se refere a instrumentos importados, segundo o senador, o preço final ainda é majorado pelo Imposto de Importação (entre 10% e 18%), pelo PIS/Pasep-importação (1,65%) e pela Cofins-importação (7,6%).

A proposta será relatada na CE pelo senador Paulo Paim (PT-RS). Posteriormente, a matéria ainda será examinada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em decisão terminativa.

Aulas presenciais

Ainda estão na pauta da comissão, entre outros, o PLS 118/04, do então senador Hélio Costa, que objetiva assegurar aulas presenciais e periódicas nos cursos de educação a distância; e o PLS 141/09, de Marcelo Crivella (PRB-RJ), que autoriza a União a instituir o programa nacional de reforço escolar na educação básica pública, denominado Passabem.

A reunião da Comissão de Educação está marcada para as 11h, na sala 15 da Ala Alexandre Costa.

Zu José

Comissão de Educação deve analisar projeto sobre isenção para importação de instrumentos

Gabinete do Senador

Crivella propõe incentivo à formalização do trabalhador sem registro

Regularização dos contratos de trabalho

Projeto de Marcelo Crivella (PRB-RJ) que regulariza e formaliza o contrato de trabalhadores informais está na pauta de hoje da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O relator, João Vicente Claudino (PTB-PI), apresentou emenda à proposta (PLS 584/07) concedendo anistia sobre todos os débitos trabalhistas ao empregador que regularizar o registro de trabalho de seus empregados, incluindo os parcelamentos junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). De acordo com Crivella, o maior beneficiário será o trabalhador que, observou, terá reconhecido seu tempo de serviço e formalizada a sua relação de trabalho.

Se aprovado, o projeto segue para a Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), onde será votado em decisão terminativa.

Cães e gatos

Também consta da pauta da CAE projeto (PLC 04/05) do deputado Affonso Camargo (PSDB-PR) que cria a política nacional de controle de natalidade de cães e gatos. A proposta estimula a posse responsável dos animais e institui o programa de esterilização, destinado a controlar o crescimento desordenado da população dos animais.

Atualmente, o extermínio de cães e gatos saudáveis segue as recomendações do 6º Informe Técnico da Organização Mundial de Saúde (OMS), de 1973. Mas, segundo o relator, Wellington Salgado (PMDB-MG), a norma, como método de controle populacional dos animais, está em desuso na maioria dos países.

As despesas decorrentes da esterilização, de acordo com o projeto, correrão por conta da União e serão administradas pelo Ministério da Saúde. Se aprovada, a proposta vai para votação da Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Também deverá ser examinado pela CAE projeto (PLS 232/06) de Efraim Morais (DEM-PB) que inclui a literatura de cordel entre os segmentos beneficiados com a dedução integral do Imposto de Renda devido sobre as quantias destinadas a doações e patrocínios.

Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira
Edição: Valter Gonçalves Júnior e Raíssa Abreu

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Presidência da Sessão

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Paulo Paim • Mão Santa

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Rafael Faria
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Morais e Pedro Pincer
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino
Arte: Cirilo Quartim, Claudio Portella, Diego Jimenez e Oscar
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Mão Santa cita livro e diz que instituições precisam se reciclar

O senador Mão Santa (PMDB-PI), citando o livro *A Terceira Onda*, de Alvin Toffler, defendeu ontem a necessidade de mudança das instituições políticas para fazer frente aos desafios de uma nova sociedade. O parlamentar recomendou aos atuais políticos "inspirações" como as que tiveram os homens que criaram a instituição do parlamento.

– É isso: o mundo da terceira onda é muito acelerado. Nós somos muitos lentos. Isso é o que está havendo nessa desmassificação. Então, não é aqui, no Senado [brasileiro]. É a estrutura criada para vivermos esses momentos democráticos – não somos nós – que ficou obsoleta – avaliou Mão Santa.

Mão Santa pediu a atenção dos colegas para um trecho do capítulo "O Mausoléu Político": "Então, estão tornando o Congresso, outrora [lugar] de sínteses e debates cuidadosos e ponderados, no alvo do riso de toda a nação". O senador lembrou que o escritor referiu-se aos congressos dos Estados Unidos e da Inglaterra.

Ao presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), Mão Santa afirmou que, ao ler o livro, constatou que a crise vivida hoje já estava prevista. E disse estar certo de que há muita inveja da trajetória política e intelectual de Sarney.

Após lembrar que "a ignorância é audaciosa", Mão Santa destacou outro trecho do livro: "Os políticos parecem inúteis para estancar as tendências, sempre desligados dos seus líderes. Esta é, pois, a questão política mais importante por si só com que nos defrontamos: o envelhecimento das nossas instituições políticas governamentais mais básicas. Teremos de inventar novas instituições, como os pais fundadores da América fizeram há dois séculos."

Jonas Pereira

Mão Santa leu em Plenário trechos do livro *A Terceira Onda*, de Alvin Toffler

Piauí

O senador também comentou pesquisa eleitoral divulgada no final de semana, atribuindo a baixa intenção de voto na pré-candidata do governo federal à Presidência da República, no Piauí, à administração petista no estado. Entre os fatores que estariam influenciando a preferência do eleitorado, a violência ocuparia o primeiro lugar, seguida do desemprego, disse Mão Santa.

Durante audiência pública, vice-presidente-executivo da Abdib afirma que é crescente a participação da iniciativa privada no aprimoramento da infraestrutura brasileira

Indústria de base diz que regra estável atrai investidor

"Quando as regras são estáveis, claras e objetivas, os investidores privados vêm", afirmou o vice-presidente-executivo da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústria de Base (Abdib), Ralph Lima Terra, um dos participantes de audiência pública realizada ontem pela Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI). A retomada do crescimento após a crise mundial foi o tema do debate, o segundo de uma série que a CI vem realizando sobre os desafios estratégicos setoriais na agenda 2009-2015.

Na ocasião, Ralph demonstrou a crescente participação da iniciativa privada no desenvolvimento da infraestrutura brasileira citando que, na área da energia elétrica, por exemplo, de 1999 a 2008 foram implantados 5.360 megawatts com recursos públicos e 13.761 com dinheiro privado.

Segundo ele, os cinco principais itens da agenda da Abdib são: ratificar a importância do capital privado na infraestrutura, definir marcos regulatórios estáveis, consolidar a autonomia e a independência das agências reguladoras, definir uma agenda permanente de projetos estruturantes e criar mecanismos alternativos de financiamento para o setor privado.

Waldemir Rodrigues

Ralph Terra, Fernando Collor e Eduardo Teixeira (*D*) durante audiência na CI

Com relação à questão ambiental, a Abdib procura adotar uma "posição intermediária entre um extremo que defende a tese de que em função do meio ambiente, nada pode ser feito e o outro que entende que, a título do desenvolvimento, tudo pode ser feito", respondeu Ralph ao presidente da CI, Fernando Collor (PTB-AL).

O sócio-diretor da empresa Creta, Eduardo de Freitas Teixeira, afirmou que o Brasil superou bem a crise porque tinha fundamentos macroeconômicos sólidos. "Tivemos uma perda de reservas, mas ela já foi superada. Em outra época, a inflação teria explodido, mas ela manteve-se dentro da meta", disse.

O senador Mão Santa (PMDB-PI) considerou que falta pesquisa, estudo e um rumo que permita ao Brasil se posicionar melhor no cenário econômico "que tende para o conhecimento, a informática e a produção tecnológica". Gilberto Goellner (DEM-MT) defendeu mais investimentos em hidrovias.

Na reunião, foi aprovado requerimento de Collor para audiência com o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, sobre a proposta do governo para o marco regulatório do pré-sal.

Couto quer convocar Minc para explicar ações do Ibama no Pará

O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, poderá ser convocado para vir ao Plenário do Senado explicar operações do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) no Pará. A iniciativa é do senador Mário Couto (PSDB-PA).

Segundo o senador, o comportamento "extremista e radical" e a falta de critérios técnicos e seletivos pelo Ibama teriam provocado o fechamento de empresas sérias no Pará e prejudicado a economia do estado. Em cidades como Santarém, Tailândia, Altamira e Paragominas, disse Mário Couto, empresas que funcionam há décadas hoje seriam perseguidas.

– Não se preocupam em conversar, em saber quem presta e quem não presta, quem está regular e quem está irregular. Coloca-se tudo no mesmo saco e se massacra. Invadem-se as empresas a peso de metralhadora na mão, prendendo a todos – lamentou.

Waldemir Barreto

Para Mário Couto, Minc "é um louco" e deveria renunciar ao cargo

O parlamentar disse que Minc "é um louco, que manda a polícia, o Exército, entrar nas empresas, prender tudo, com metralhadora na mão, humilhar, como se todos fossem bandidos".

Alvaro considera "gravíssimos" gastos secretos da Presidência

Alvaro Dias (PSDB-PR) criticou em Plenário o presidente Luiz Inácio Lula da Silva por permitir, segundo o senador, a existência de gastos secretos na Presidência da República. Destacando o fato de esses gastos terem alcançado, em 2009, a metade dos R$ 35 milhões despendidos com cartões coorporativos pelo Executivo, o parlamentar considerou aquelas despesas da Presidência muito mais graves que os atos secretos do Senado.

Para o parlamentar, "por mais que justifique existir legislação que assegura esse direito, não há como compreender alguém que durante mais de 20 anos proclamou a transparência como caminho para o respeito à sociedade esconder-se detrás da blindagem de uma suposta legislação"

– Tudo isso para não divulgar os gastos efetuados com dinheiro público, oriundos de impostos pagos com tanto sacrifício pela população, que não suporta mais a carga tributária escorchante, que, de forma implacável, inibe o crescimento econômico, roubando oportunidades de trabalho, de salário, e de renda do povo brasileiro.

Alvaro censurou Lula por interferir nos assuntos do Senado "ao tomar a decisão política de fortalecer a permanência do senador José Sarney na Presidência da Casa". Para o senador, sem a intervenção do presidente da República, a crise já teria sido superada e Sarney não estaria enfrentando tantos problemas em razão de denúncias veiculadas pela imprensa.

Defendendo o recurso ao Plenário na hipótese de as representações contra Sarney não serem reexaminadas pelo Conselho de Ética, o senador tucano negou a existência de qualquer acordo celebrado por seu partido visando preservar o cargo de Sarney.

Jonas Pereira

Alvaro: despesas este ano já alcançam metade do que foi gasto com cartões

Em aparte, o senador Cristovam Buarque (PDT-DF) alertou para a necessidade de reexame, no conselho, dos processos contra Sarney, sob pena de o Senado cair ainda em maior descrédito frente à população. Papaléo Paes (PSDB-AP), manifestando apoio a Alvaro Dias, denunciou o uso irregular de cartões coorporativos por ministros de Estado.

Miséria no Haiti emociona Flávio Torres, que elogia ação da ONU

Moreira Mariz

Torres disse que agora é favorável à presença brasileira no país

O senador Flávio Torres (PDT-CE) narrou ontem detalhes da viagem que fez ao Haiti no último final de semana, ao lado de outros integrantes da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado. Ele afirmou que, como nordestino, já havia visto muito pobreza em sua vida, mas nada como a miséria que ali encontrou.

Flávio Torres confessou ter revisto sua posição, antes contrária à presença de tropas brasileiras naquele país. Disse que não há iluminação pública, saneamento básico ou coleta de lixo na capital, Porto Príncipe. Segundo o senador, a permanência da missão da Organização das Nações Unidas (ONU), sob a liderança do Brasil, é necessária como fator de estabilidade para o Haiti.

– Graças ao trabalho das tropas da ONU, foram drasticamente reduzidas as guerras entre gangues, que atormentavam a população haitiana. A cada manhã eram encontrados quatro ou cinco corpos de pessoas assassinadas. Isso já não acontece – relatou o senador.

Por constatações como essa, Flávio Torres voltou absolutamente convencido da necessidade da missão da ONU no Haiti, bem como da participação brasileira nessa tarefa. A missão é formada por 9.080 "capacetes azuis", dos quais 1.281 brasileiros, comandados pelo general Floriano Peixoto Vieira Neto.

Paim convoca população a se manifestar

Paulo Paim (PT-RS) convocou ontem a população a votar, em enquete disponível em sua página na internet (*www.senado.gov.br/paulopaim*), sobre os projetos aprovados no Senado para reajustar aposentadorias e pensões. O governo apresentou uma proposta, que será discutida em reunião que ocorrerá hoje e, por isso, as entidades ligadas à categoria desejam saber a opinião da população.

Na semana passada, explicou Paim, sindicalistas, instituições que representam aposentados e pensionistas e membros do governo reuniram-se para tentar chegar a um acordo: pela proposta governamental, o PL 4.434/08 (PLS 58/03, no Senado), que recompõe as aposentadorias, equiparando-as ao mesmo número de salários mínimos da época de sua concessão, seria arquivado; o veto ao PLV 18/06, que concede às aposentadorias um reajuste de 16,65%, concedido ao mínimo em 2006, seria mantido; e em 2010, seria concedido um reajuste real para os benefícios acima do salário mínimo. Quem recebe o mínimo teria reajuste de 8,9% e os aposentados, acima do mínimo, em torno de 7,2%, explicou.

Quanto ao projeto que acaba com o fator previdenciário (PL 3.299/08, na Câmara), o governo apresentaria proposta para substituí-lo, baseada no chamado Cálculo 8595, tempo de contribuição mais idade.

A enquete, disponível na página de Paim e no *site* da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (Copab), questiona se a proposta do governo deve ser aceita ou se os projetos devem ir a voto. A pesquisa fica no ar até o meio-dia de hoje.

Waldemir Barreto

Paim quer conhecer opiniões sobre projetos

Acordo firmado em abril previa, na primeira fase de funcionamento do parlamento, a seguinte distribuição de cadeiras: 37 do Brasil, 26 da Argentina, 18 do Paraguai e 18 do Uruguai

Geraldo Magela

Na reunião do Parlasul, Neuto de Conto, Mesquita Júnior, deputado Beto Albuquerque, Sérgio Zambiasi e Marisa Serrano

Parlasul cobra definição rápida das bancadas de cada país

O PARLAMENTO DO Mercosul decidiu ontem, em Montevidéu, recomendar ao Conselho do Mercado Comum – órgão máximo do bloco – que convoque reunião extraordinária "no mais breve prazo possível" para aprovar o critério de proporcionalidade que determinará o número de cadeiras para cada país. Segundo acordo firmado no final de abril, em Assunção, serão reservadas, em uma primeira etapa, 37 vagas para o Brasil, 26 para a Argentina, 18 para o Paraguai e 18 para o Uruguai.

A definição do número de cadeiras para cada país será promovida pelo conselho, a partir de uma recomendação do Parlamento do Mercosul, conforme o protocolo constitutivo do parlamento.

Ao mesmo tempo, o parlamento decidiu enviar ao Conselho do Mercado Comum um projeto de constituição de um grupo de trabalho, a ser criado nos próximos 30 dias, destinado a apresentar propostas para a implementação das "dimensões parlamentar e judicial" do mesmo acordo político firmado em Assunção. Entre outros temas, deverão ser tratados pelo grupo de trabalho a criação do Tribunal de Justiça do Mercosul e a revisão das faculdades do Parlamento do Mercosul, garantindo-lhe novas prerrogativas a respeito de tratados de adesão de outros membros e tratados internacionais.

Chávez e Honduras

O parlamento também expressou ontem sua "mais enérgica condenação" aos militares que derrubaram o governo constitucional do presidente de Honduras Manuel Zelaya e pretendem "manter-se ilegitimamente no poder". Os parlamentares ressaltaram ainda seu compromisso na busca de uma solução que garanta o respeito à democracia, "instando todos os atores políticos e sociais a retomar o caminho do diálogo pacífico e democrático".

As ameaças à liberdade de expressão na Venezuela serão tema de encontros, em Caracas, de integrantes da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos do Parlamento do Mercosul com representantes do governo e da oposição da Venezuela. Os encontros deverão ocorrer nos dias 13 e 14 de setembro.

Também ontem, foi aprovado o Informe de 2008 sobre a Situação dos Direitos Humanos no Âmbito do Mercosul, elaborado pelo senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC). O texto aponta a importância de publicação de informações anuais sobre a situação dos direitos humanos em cada um dos países.

Outro projeto aprovado, ainda a ser submetido ao Plenário, inclui o tema Mercosul nos currículos dos cursos de pós-graduação na área de Ciências Sociais. Segundo a proposta, a inclusão do tema "facilitará a divulgação da história dos povos mercosulinos, contrapondo-se a estereótipos e preconceitos".

A senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) informou ainda que o Parlasul decidiu cobrar dos governos da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai informações sobre o processo de validação de diplomas em todo o Mercosul.

Sarney recebe amanhã presidente de Serra Leoa

O presidente do Senado, José Sarney, receberá amanhã o presidente de Serra Leoa, Ernest Bai Koroma, que realiza visita oficial ao Brasil no propósito de estreitar os laços de amizade e de cooperação agrícola entre os dois países. Como outras nações africanas, a prioridade de Serra Leoa é a segurança alimentar, estando também o país interessado na tecnologia brasileira para a produção de etanol.

No ano passado, o governo brasileiro anunciou que, por intermédio da Embrapa África, instalada em Gana, daria assistência técnica a Serra Leoa na produção de arroz, principal alimento do povo serraleonês. De acordo com a Agência Brasil, representantes da Embrapa África estiveram duas vezes em Serra Leoa, ali identificando oportunidades de cooperação também em culturas como castanha, mandioca e milho.

A intenção de produzir biocombustível foi expressa por Ernest Bai Koroma ao presidente Lula durante a 12ª Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (Unctad), em Acra (Gana), também em 2008. Na ocasião, Brasil e Gana firmaram acordo para produção de etanol e biodiesel a partir de tecnologia da Embrapa.

Com a experiência recente de uma guerra civil, Serra Leoa enfrenta sérios problemas de escassez de alimento e de mortalidade infantil. Apesar de rico em diamante, ferro, platina e bauxita, o país de 6,4 milhões de habitantes ainda depende de ajuda humanitária internacional.

Riqueza e escassez

Apesar de rico em diamante, ferro, platina e bauxita, o país enfrenta sérios problemas de escassez de alimento e mortalidade infantil

Fonte: CIA World Factbook

Marco Maciel destaca posse de arcebispo

A posse do novo arcebispo de Olinda e Recife, d. Antonio Fernando Saburrido, ocorrida no domingo, foi registrada ontem por Marco Maciel (DEM-PE). O senador destacou que o religioso beneditino, nomeado para a diocese pelo papa Bento XVI, nasceu na cidade do Cabo, um dos municípios da região metropolitana do Recife, e é o primeiro arcebispo nascido na própria arquidiocese que dirigirá.

Maciel relatou que a cerimônia de posse foi extremamente concorrida, contando com a presença dos governadores de Pernambuco, Eduardo Campos, e do Ceará, Cid Gomes; do prefeito do Recife, João da Costa; de deputados federais, estaduais, prefeitos e vereadores do Nordeste.

Diversas autoridades eclesiásticas também compareceram à solenidade, entre elas, d. José Antonio Aparecido Tosi Marques, arcebispo de Fortaleza; d. Matias Patrício de Macedo, arcebispo de Natal; d. José Palmeira Lessa, arcebispo de Aracaju; d. Antonio Muniz Fernandes, arcebispo de Maceió; d. Aldo Pagodo, arcebispo da Paraíba; e d. Valdo Amaral, delegado eclesiástico de Fernando de Noronha e arcebispo emérito de Maceió.

Maciel observou que, no discurso de posse, d. Antonio teceu considerações a respeito de seus predecessores na arquidiocese. Fez menção especial a d. Antonio de Almeida Moraes Júnior, d. Carlos Gouvêa Coelho, d. Helder Câmara e d. José Cardoso Sobrinho, "sem esquecer o Vigésimo Bispo de Olinda, o Servo de Deus d. Frei Vital Maria Gonçalves de Oliveira, cujo processo de canonização tramita na Santa Sé".

Waldemir Barreto

Maciel: arcebispo nasceu na diocese que dirigirá